

## 7. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de contrapartida pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis. É imposta pelo ordenamento jurídico aos empreendedores, sob a forma de duas modalidades distintas: uma por ocasião do licenciamento ambiental dos empreendimentos que causem significativo impacto no meio ambiente e a outra pela efetiva reparação de um dano específico, causado pela atividade desenvolvida.

O empreendimento em foco consta da implantação e operação de uma Usina Eólica estando este tramitando de maneira sequencial pelos trâmites legais necessários ao licenciamento ambiental. Sendo assim, a compensação ambiental ocorre por ocasião do licenciamento conforme previsto e solicitado no Termo de Referência Nº 1246/2010 COPAM-NUCAM emitido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.

De acordo com o Decreto Federal Nº. 6.848 de 14 de maio de 2009, para fins de regulamentação da compensação ambiental, o qual alterou artigos do Decreto Nº 4.340/2002, sendo este o decreto regulamentador da Lei Nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação - SNUC.

O Quadro 7.1 contém os índices relacionados a área do empreendimento e necessários ao cálculo do Grau de Impacto (IG).

Após o cálculo do Grau de Impacto (IG), o órgão ambiental responsável irá definir o valor adequado para a Compensação Ambiental.

Para o empreendimento **COMPLEXO EÓLICO FAISA** o índice de magnitude foi classificado predominantemente, ora como de média magnitude ora como de pequena magnitude. Alguns receberam valoração média como alteração da paisagem, perda de cobertura vegetal, transtornos no fluxo de veículos, riscos de acidentes de trabalho.

Outros impactos como vibrações no terreno, afugentamento da fauna, riscos de acidentes operacionais, foram mensurados como de magnitude pequena em relação ao comprometimento dos recursos ambientais, por não serem capazes de alterar significativamente o ambiente, ao passo que são impactos setorizados dentro do processo de instalação do empreendimento.

O ambiente da área quanto à biodiversidade encontra-se medianamente comprometida, e neste sentido, deu-se valoração 1 para todos os impactos.

O índice de abrangência para o empreendimento **COMPLEXO EÓLICO FAISA** se baseou para mensuração de seu índice nos atributos para empreendimentos localizados em ambientes terrestres, fluviais e lacustre, limitados a área de uma microbacia.

A bacia hidrográfica em que se encontra inserida a área do empreendimento é a Bacia Litoral, mas precisamente as Sub-bacias do Trairi e Conceição, classificadas como bacia de 1ª ordem. Contudo, os impactos referentes ao empreendimento são limitados aos riachos e lagoas inseridos na área.

Na avaliação do índice de temporalidade levou-se em consideração o tempo/duração de cada impacto no ambiente. Alguns impactos do empreendimento como emissão de gases, findo o processo gerador, imediatamente também tem fim o impacto sobre o meio ambiente. Da mesma forma, têm-se casos como: lançamento de poeiras, geração de resíduos da construção e tensão emocional da população.

Ao contrário, alguns impactos persistem por mais tempo no ambiente, mesmo cessada sua fonte. Para a área do empreendimento, dentre os impactos que persistirão por mais tempo no ambiente estão: alteração da paisagem, alterações morfológicas, riscos de acidentes com a avifauna, entre outros.

**Quadro 7.1 – Índices do Grau de Impacto do Empreendimento**  
COMPLEXO EÓLICO FAISA – TRAIRI / CE

<b>Impactos de Caráter Negativos</b>	<b>Índice Magnitude (IM)</b>	<b>Índice de Biodiversidade (IB)</b>	<b>Índice Abrangência (IA)</b>	<b>Índice Temporalidade (IT)</b>	<b>Índice de comprometimento de áreas prioritárias (ICAP)</b>	<b>Influência em Unidades de Conservação (IUC)</b>
- Alteração da paisagem	2	2	1	3	0	0
- Alterações geotécnicas	1	2	1	3	0	0
- Vibrações no terreno	1	2	1	1	0	0
- Alterações morfológicas	1	2	1	3	0	0
- Alteração da sonoridade	1	2	1	1	0	0
- Alteração das condições atmosféricas	1	2	1	1	0	0
- Instabilidade ambiental (erosão e assoreamento)	1	2	1	1	0	0
- Alteração da dinâmica sedimentar	1	2	1	1	0	0
- Supressão Vegetal	2	2	1	3	0	0

Continuação do Quadro 7.1

<b>Impactos de Caráter Negativos</b>	<b>Índice Magnitude (IM)</b>	<b>Índice de Biodiversidade (IB)</b>	<b>Índice Abrangência (IA)</b>	<b>Índice Temporalidade (IT)</b>	<b>Índice de comprometimento de áreas prioritárias (ICAP)</b>	<b>Influência em Unidades de Conservação (IUC)</b>
- Desequilíbrio de elos tróficos	1	2	1	1	0	0
- Instabilidade ecológica	1	2	1	1	0	0
- Afugentamento da Fauna	1	2	1	1	0	0
- Aumento da competição inter e intra-específica nas áreas contíguas	1	2	1	1	0	0
- Aumento da caça e captura de animais	1	2	1	1	0	0
- Riscos de acidentes ambientais	1	2	1	3	0	0
- Riscos ao patrimônio arqueológico não manifesto	1	2	1	1	0	0
- Geração de resíduos sólidos e líquidos	1	2	1	1	0	0
- Desconforto ambiental	1	2	1	1	0	0

Continuação do Quadro 7.1

<b>Impactos de Caráter Negativos</b>	<b>Índice Magnitude (IM)</b>	<b>Índice de Biodiversidade (IB)</b>	<b>Índice Abrangência (IA)</b>	<b>Índice Temporalidade (IT)</b>	<b>Índice de comprometimento de áreas prioritárias (ICAP)</b>	<b>Influência em Unidades de Conservação (IUC)</b>
- Aumento do fluxo de veículos	1	2	2	1	0	0
- Riscos de acidentes de percurso	1	2	2	1	0	0
- Transtornos no fluxo de veículos	2	2	2	1	0	0
- Riscos de acidentes de trabalho	2	2	1	1	0	0
- Riscos de acidentes com avifauna	1	2	1	3	0	0
- Formação de campo magnético	2	2	1	3	0	0
- Efeitos de sobrepressão de ar	2	2	1	3	0	0
- Tensão da população do entorno	1	2	1	1	0	0
- Decréscimo da oferta de emprego	1	2	1	1	0	0

Na área de influência indireta do empreendimento foram identificadas áreas prioritárias relativas aos biomas Caatinga e Caatinga / Zona Costeira. Para essa identificação utilizou-se a classificação e o mapa de áreas prioritárias do Decreto N° de 21 de maio de 2004 e instituídas pelas Portarias: N° 126 de 27 de maio de 2004, e N° 09, de 23 de janeiro de 2007, ambas do Ministério do Meio Ambiente.

No contexto da Área de Influência Indireta do empreendimento ocorrem as seguintes áreas prioritárias: **Ca200, CaZc203, CaZc206.**

A área de influência direta do empreendimento não se encontra inserida em nenhuma Área Prioritária.

Nesse sentido, de acordo com o Decreto N° 6.848/2009 para a classificação da área definiu-se a valoração **0** quando não havia previsão de interferência do impacto prognosticado sobre a área prioritária.

Sugere-se a destinação dos recursos para a criação de uma unidade de conservação de proteção integral neste município, que poderá ser da categoria Monumento Natural, que tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

Vale ressaltar que os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação devem seguir a Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.